

O conceito de *hegemonia* no percurso dos meios às mediações

The concept of hegemony in the way from media to mediations

GLÁUCIA DA SILVA MENDES MORAES^a

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro – RJ, Brasil

RESUMO

O deslocamento teórico-metodológico dos meios às mediações, proposto por Jesús Martín-Barbero, implica a adoção de uma perspectiva na qual a comunicação é associada a processos político-culturais. Nessa abordagem, o conceito de hegemonia ocupa posição central. Este artigo propõe-se a evidenciar como essa contribuição teórica auxiliou no desenvolvimento de uma abordagem original sobre a comunicação de massa na América Latina. Para tanto, inicia com uma explanação sobre a origem do termo e sua apropriação pelos estudos de comunicação e cultura. Em seguida, situa historicamente as pesquisas de Martín-Barbero que introduziram o conceito no continente, possibilitando a compreensão de suas singularidades no livro *Dos meios às mediações*.

Palavras-chave: Hegemonia, mediações, comunicação de massa, cultura popular, América Latina

^a Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e jornalista do Cefet/RJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0563-008X>. E-mail: gs_mendes@yahoo.com.br

ABSTRACT

The theoretical-methodological shift from the media to mediations, proposed by Jesús Martín-Barbero, implies the adoption of a perspective in which communication is associated with political-cultural processes. In this approach, the concept of hegemony occupies a central position. This article aims to show how this theoretical contribution helped to develop an original approach to mass communication in Latin America. In order to do so, it begins with an explanation about the origin of the term and its appropriation by communication and culture studies. Next, it locates historically Martín-Barbero's researches that introduced the concept in the continent, allowing the understanding of its singularities in the book *From the media to mediations*.

Keywords: Hegemony, mediations, mass communication, popular culture, Latin America

INTRODUÇÃO

A APROPRIAÇÃO DO conceito gramsciano de hegemonia pelos estudos de viés cultural produziu inflexões importantes na história das teorias da comunicação. Ao conceber a cultura como uma arena de batalha na qual a construção de significados é marcada por tentativas de dominação, resistências e formação de consensos, o conceito permitiu vislumbrar as produções midiáticas não somente como mecanismos de reprodução da realidade, mas também de mudança social. Aliada a isso, a adoção de uma perspectiva que rompe com a divisão hierárquica entre *alta* e *baixa* cultura abriu caminho para o estudo de formações culturais diversas, especialmente daquelas originadas no âmbito popular (Matellart; Mattelart, 1999; Kellner, 2001).

Essa tradição de pesquisa, iniciada com os Estudos Culturais britânicos na década de 1960, encontrou solo fértil na América Latina no final da década de 1980, quando emergiram propostas teórico-metodológicas voltadas para a compreensão das especificidades comunicacionais da região. Concentrando-se especialmente no universo popular e nas práticas cotidianas, autores como Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini inauguraram esses estudos no continente, sob influência do pensamento gramsciano (Costa; Machado; Siqueira, 2006).

O livro *Dos meios às mediações* (Martín-Barbero, 2009), publicado originalmente em 1987, insere-se nesse contexto. Nele, Martín-Barbero propõe que as pesquisas em comunicação mudem o foco dos *meios* e de seus efeitos para as *mediações*, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais. O deslocamento teórico-metodológico implica a adoção de uma perspectiva na qual a comunicação passa a ser compreendida em associação com processos culturais indubitavelmente políticos. Trata-se de uma abordagem na qual o conceito de hegemonia ocupa uma posição central.

Mas como uma contribuição teórica *importada* pôde conduzir ao desenvolvimento de uma abordagem original sobre a comunicação de massa na América Latina? Este artigo propõe-se a responder esse questionamento. Para tanto, adota como ponto de partida uma explanação sobre a origem do termo “hegemonia” e sua apropriação pelos estudos de comunicação e cultura. Em seguida, procura situar, na história das teorias da comunicação na América Latina, as pesquisas de Martín-Barbero que o introduziram no continente, possibilitando a compreensão de suas singularidades na trama conceitual do livro *Dos meios às mediações*.

O CONCEITO DE HEGEMONIA E OS ESTUDOS SOBRE CULTURA E MÍDIA

Em contraste com as concepções economicistas do marxismo, que imprimem um caráter mecanicista e fatalista ao materialismo histórico, Antonio Gramsci

reafirma os fundamentos do pensamento de Marx enfatizando a importância da ação humana na transformação da realidade. O filósofo italiano adota como ponto de partida de sua reflexão o modelo base-superestrutura, mas, em vez de conceber o segundo termo como um reflexo do primeiro, considera ambos inseridos em relações recíprocas.

Na superestrutura, os sujeitos adquirem consciência das contradições da vida material e lutam. Mas esse não é um processo imediato e mecânico. Embora todos os homens possuam uma concepção de mundo, esta nem sempre é coerente com sua realidade. O homem-médio é regido pelo senso comum cujo “traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (Gramsci, 2013: 114).

No senso comum residem desde vestígios de concepções de mundo conservadoras e reacionárias até um núcleo de inovações criadoras e progressistas. A superação dessa concepção de mundo fragmentária e incoerente resulta de uma atitude polêmica e crítica mediada pelos intelectuais, que são os “prepostos” do exercício da hegemonia (Gramsci, 2011). Os intelectuais elaboram uma visão de mundo coerente com a ação econômica do grupo social do qual são representantes, tendo em vista não só a unificação de seus membros, mas também a hegemonia, o exercício da direção ideológico-cultural da sociedade.

O trabalho de organização cultural mediado pela ação dos intelectuais ocorre em um dos planos superestruturais identificados por Gramsci: a sociedade civil. Esta consiste em um conjunto de organismos “privados” – tais como o partido, a escola e a imprensa – destinados ao exercício da hegemonia. Os organismos da sociedade civil são trincheiras avançadas do Estado, que se antepõem a outro plano superestrutural: a sociedade política, constituída pelos aparelhos de repressão policial-judicial, que asseguram o domínio pela coerção.

As concepções de mundo gestadas nos organismos da sociedade civil inserem-se no conjunto de relações de força de um determinado período histórico. Por conseguinte, a apresentação dos interesses de um grupo social como interesses gerais, necessária ao exercício da direção ideológico-cultural da sociedade, é influenciada por esse fator.

Esta é a fase mais estritamente política [a da passagem dos interesses corporativos aos interesses gerais], que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual

D

O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações

e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (Gramsci, 2012: 41-42)

Gramsci atribui grande relevância à unidade entre teoria e prática. O comunista italiano considera que, para um grupo social transformar a realidade, a consciência de sua ação sobre o mundo e a conquista da hegemonia são fundamentais. A luta travada na esfera superestrutural retroage, assim, sobre a base material, gerando condições objetivas para a subversão da práxis.

Ao analisar a acepção assumida pela hegemonia no pensamento gramsciano, Luciano Gruppi (1978) enfatiza justamente essa conexão entre teoria e ação política, herdada de Lênin. O conceito, evocado ora explícita ora implicitamente nas formulações do comunista russo, é associado ao elemento da decisão, da consequência na ação revolucionária. Para Lênin, assim como para Gramsci, a hegemonia só é possível se houver unidade entre teoria e ação, pois a plena consciência teórica e cultural da própria ação permite superar sua espontaneidade imprimindo-lhe uma nova direção.

Trata-se, desse modo, do materialismo marxiano entendido não como materialismo mecânico, que anula a função do sujeito, mas como método de análise da sociedade que permite fundar a ação revolucionária sobre um conhecimento preciso da situação objetiva. A hegemonia se torna possível, precisamente, a partir da existência de uma condição objetiva e do seu conhecimento e, ao mesmo tempo, da iniciativa subjetiva. (Ibid.: 42)

Carlos Nelson Coutinho (1989) também reconhece a influência de Lênin sobre Gramsci e sustenta que a grande contribuição do filósofo italiano para o pensamento marxista não foi o conceito de hegemonia, mas sim a teorização sobre a materialidade institucional da sociedade civil, constituída pelos aparelhos privados de hegemonia. “Em Gramsci não há hegemonia, ou direção político-ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (Ibid.: 78).

De acordo com Coutinho, o surgimento dos aparelhos privados e a consequente formação de um novo plano superestrutural, ausente do modelo marxista clássico base-superestrutura, foram possibilitados por um movimento histórico posterior à época de Marx e Engels: a socialização da política. A abertura à participação política formal das grandes massas foi acompanhada pelo surgimento de organismos coletivos voluntários, como os sindicatos, os partidos políticos e a imprensa, que *ampliaram* o Estado, com a constituição e o adensamento da sociedade civil.

Norberto Bobbio (1982) credita a originalidade da concepção gramsciana de sociedade civil a outro aspecto. O autor sustenta que o sentido assumido pelo conceito em Gramsci adota como referência não o sistema filosófico de Marx, mas sim o de Hegel. Neste, a sociedade civil é compreendida como uma esfera que inclui, ao mesmo tempo, as relações econômicas e as formas de organização espontâneas e voluntárias. Trata-se de uma esfera intermediária, situada entre a família e o Estado.

A crítica da filosofia de Hegel realizada por Marx ressignifica o conceito de sociedade civil, que passa a se referir apenas ao conjunto das relações materiais entre os indivíduos, isto é, à esfera social denominada pelo marxismo como base ou estrutura. A sociedade civil assim concebida é a antítese do Estado, a esfera superestrutural da ação política e da manifestação das ideologias. Apesar da inegável fundamentação marxista de suas reflexões, Gramsci segue uma orientação diversa. Em vez de conceber a sociedade civil como um momento estrutural, ele a situa no âmbito das superestruturas, o que leva Bobbio a concluir:

ao contrário do que se crê, Gramsci deriva o seu conceito próprio de sociedade civil não de Marx, mas declaradamente de Hegel, ainda que através de uma interpretação um pouco forçada, ou pelo menos unilateral, do pensamento hegeliano. Numa passagem de *Passato e presente*, Gramsci fala da sociedade civil “como é entendida por Hegel e no sentido em que é frequentemente empregada nestas notas”; e, logo após, explica que se trata da sociedade civil “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. (Ibid.: 34)

As interpretações do pensamento gramsciano ultrapassam a Ciência Política, adentrando também as pesquisas de cultura e mídia. Os Estudos Culturais britânicos, linha de investigação surgida na década de 1960, no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de Birmingham, encontram importante fundamento no conceito de hegemonia. De caráter crítico e multidisciplinar, tal vertente de pesquisa situa a cultura no âmbito das relações de produção e reprodução social, preocupando-se em desvelar suas contribuições para os processos de dominação e mudança social (Kellner, 2001; Mattelart, 1999).

Sob a influência do conceito gramsciano de hegemonia, os Estudos Culturais britânicos concebem a cultura como uma arena central da batalha pelo controle da sociedade. Atentos às relações assimétricas e antagonistas de poder – caracterizadas por opressões de classe, sexo, raça, etnia e estratos nacionais –, os autores filiados à linha de pesquisa propõem-se a analisar as formas sociais e culturais hegemônicas bem como as alternativas contra-hegemônicas de resistência e luta.

A perspectiva teórica também rompe com a divisão do campo da cultura em alto/baixo, superior/inferior, elite/popular, compartilhada inclusive por vertentes críticas como a Escola de Frankfurt. A superação dessas dicotomias eivadas de juízos de valor abre caminho para a investigação de formas culturais pouco valorizadas, como as manifestações da cultura popular e a comunicação gerada pelas mídias de massa (cinema, rádio, televisão etc.). Também permite ver mais do que a dominação na cultura de massa, ao considerar a necessidade de negociação e produção de consenso na construção da hegemonia.

A atenção ao modo de leitura da comunicação de massa revela outro traço distintivo dos Estudos Culturais britânicos: a centralidade do receptor no processo de significação. Em vez de ser tratado como o ponto final do processo de circulação de informações, no qual é realizada a decodificação de mensagens previamente definidas por um emissor, o receptor passa a ser considerado um ente ativo do processo de produção de significados.

Amparado pela concepção de cultura da vertente dos Estudos Culturais britânicos e pela interpretação do conceito gramsciano de hegemonia empreendida por um de seus representantes mais renomados – Raymond Williams –, Carlos Eduardo Lins da Silva (1980) defende a adoção de uma perspectiva de análise da indústria cultural no Brasil que supere o pessimismo e o elitismo impregnados ao termo pelos frankfurtianos. Em vez de uma crítica que negue totalmente a cultura burguesa, o autor propõe o reconhecimento da indústria cultural como um sistema de produção de bens simbólicos atrelado à lógica capitalista que, no entanto, possui brechas capazes de serem exploradas na luta pela construção de uma nova cultura.

As possibilidades de resistência e mudança social a partir da indústria cultural são vislumbradas por Silva (1980) com a substituição do conceito de *ideologia*, que baliza o pensamento frankfurtiano, pelo de hegemonia. A mudança terminológica repercute na visão sobre a cultura: esta deixa de ser um reflexo da atividade econômica situado na esfera superestrutural e passa a abarcar não só o sistema de valores e crenças, como também um conjunto de práticas que perpassam a totalidade da vida. Ademais, a hegemonia não implica a imposição de uma visão de mundo homogênea – a da classe dominante – ao resto da sociedade, mas sim a articulação de visões de mundo distintas, mediante a neutralização dos antagonismos existentes entre elas.

A influência do conceito de hegemonia nas pesquisas em comunicação realizadas na América Latina vai além dessa contribuição. Ela também se associa a uma importante disputa travada no interior do campo, que acabou por configurar uma linha de investigação autônoma. A próxima seção dedica-se ao tratamento dessa questão, centrando-se, sobretudo, nas contribuições seminais de Martín-Barbero, fundamentais para compreender o percurso feito pelo autor dos meios às mediações.

A HEGEMONIA NO PENSAMENTO DE MARTÍN-BARBERO

Na década de 1960, a pesquisa em comunicação na América Latina vivenciava o embate entre duas perspectivas: uma difusionista, que replicava acriticamente em território latino-americano modelos teórico-metodológicos surgidos nos Estados Unidos, e outra autóctone, que se empenhava em compreender as singularidades e propor soluções próprias para os problemas regionais. Inspirada nas pesquisas administrativas e funcionalistas norte-americanas, a primeira analisava o processo de comunicação a partir do ponto de vista do emissor, enfocando especialmente o conteúdo transmitido e o comportamento do consumidor. A segunda inaugurava uma corrente de pensamento que reagia aos modelos estrangeiros, tendo como preocupação inicial a denúncia da expansão imperialista das empresas multinacionais e da ideologia do consumo.

Essa tentativa de buscar alternativas teórico-metodológicas autóctones, contudo, esbarrou nas limitações epistemológicas de muitos pesquisadores e, diversas vezes, conduziu a formas de militância política confundidas com inovações científicas. Buscando teorias e métodos alternativos gerados “por latino-americanos e para latino-americanos”, alguns pesquisadores incorporaram elementos da política, da economia e da cultura regionais, voltando-se para modelos europeus marxistas e semiológicos e também para o engajamento em organizações partidárias. (Costa; Machado; Siqueira, 2006: 100-101)

Os modelos autóctones ganharam projeção no continente em meados da década de 1970, marcando a passagem da dependência para a autonomização teórico-metodológica. O fortalecimento dessa tendência foi acompanhado pelo arrefecimento da militância política. Nesse cenário, destacam-se as reflexões seminais de Martín-Barbero e a centralidade que nela viria a ocupar o conceito de hegemonia.

Em *Comunicación massiva: discurso y poder* (Martín-Barbero, 1978), livro no qual ainda trata a comunicação como discurso, o autor empreende um movimento de ruptura com o modelo funcionalista, aproximando-se da perspectiva semiológica/estruturalista. Contudo, também os limites desta se tornam alvo de crítica. Martín-Barbero problematiza a concepção dos meios de comunicação como instrumentos de reprodução ideológica que manipulam as massas e lança questionamentos sobre a cumplicidade do oprimido em sua própria dominação:

o que, no dominado, trabalha a favor de sua dominação? Colocando em jogo quais contradições a dominação é também atividade e não passividade no dominado, a dominação é desejada? Se a opressão é de alguma maneira atividade do oprimido,

D

O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações

somente se se desmonta a cumplicidade será possível romper com o verticalismo populista e compreender que a libertação é problema do oprimido, que é nele que se encontra a chave de sua libertação¹. (Ibid.: 54)

¹ No original: “¿qué en el dominado trabaja a favor, por su dominación? ¿Poniendo en juego qué contradicciones la dominación es también actividad y no passividad en el dominado, la dominación es deseada? Solo si la opresión es de alguna manera actividad del oprimido, si se desmonta a complicitad será posible romper con el verticalismo populista y comprender que la liberación es problema, del oprimido, que es en él que se encuentran las claves de sua liberación”.

Seguindo nessa direção, o autor propõe o abandono da perspectiva sistêmico-estrutural subjacente às teorias funcionalistas e estruturalistas/semiológicas, em prol de uma visão que privilegie a prática discursiva. Isso implica deixar de tratar a comunicação como um fenômeno superestrutural restrito aos problemas de conteúdos significativos e passar a observar sua inserção multidimensional e plurideterminada em uma formação social concreta.

Ainda que, no livro em questão, Martín-Barbero não haja mobilizado o conceito de hegemonia, este rapidamente se tornou uma chave analítica importante para tais reflexões. Em 1978, na intervenção pública realizada no primeiro encontro internacional de estudiosos e escolas de comunicação da América Latina, o autor evocou o conceito em associação com a análise de Paulo Freire sobre a opressão interiorizada pelas sociedades latino-americanas para apresentar a primeira versão daquela que viria a se consolidar como sua linha de investigação: não a comunicação como um processo de dominação, mas sim a dominação como um processo de comunicação (Martín-Barbero, 2002).

Essas reflexões iniciais se complexificaram com um novo movimento empreendido por Martín-Barbero e outros pesquisadores latino-americanos da comunicação na passagem da década de 1970 para a de 1980: a (re)descoberta do popular. Também fortemente influenciada pelos escritos gramscianos, a (re)valorização dos sujeitos e da cultura popular lançou luz sobre outro aspecto do conceito de hegemonia: sua condição de arena de batalha. Passava-se, então, a considerar não só a cumplicidade do oprimido no processo de dominação, mas também suas possibilidades de réplica e resistência.

² No original: “Apenas estamos comenzando a sentir la necesidad del desplazamiento metodológico que nos dé acceso a la lectura que los diferentes grupos populares llevan a cabo. Lectura en la que tratan de abrirse caminos otras voces, una palabra que introduce ‘ruido’ y que burle y subvierte a su modo las relaciones de poder. Y ese ‘a su modo’ está indicando la existencia de otra ‘gramática’, de otra lógica en la producción de sentido, en la actividad de deconstrucción que se realiza en la decodificación”.

Apenas estamos começando a sentir a necessidade do deslocamento metodológico que nos dê acesso à leitura que os diferentes grupos populares realizam. Leitura na qual se abrem caminhos para outras vozes, para uma palavra que introduza “ruído” e que burle e subverta a seu modo as relações de poder. E esse “a seu modo” está indicando a existência de outra “gramática”, de outra lógica na produção de sentido, na atividade de desconstrução que se realiza na decodificação². (Ibid.: 111)

Articulados à concepção do Estado não como um agente exclusivamente a serviço da classe dominante e sim como um espaço de luta, tais aportes teóricos contribuíram para a ruptura com o imaginário de um poder sem fissuras e sem contradições, direcionando o olhar para as zonas de tensão. A reflexão emergiu

em um momento histórico singular, em que vários países da América Latina viviam sob o poder de ditaduras militares e, apesar da repressão, movimentos sociais e populares se articulavam em resistência ao regime e pela redemocratização da sociedade (Coutinho, 1989).

Os passos dados com essas reflexões foram decisivos para a guinada teórico-metodológica empreendida por Martín-Barbero. Como será evidenciado a seguir, as problematizações que conduziram à apropriação do conceito de hegemonia reaparecem no deslocamento dos meios às mediações.

A HEGEMONIA NO LIVRO *DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES*

Na introdução ao livro *Dos meios às mediações*, Martín-Barbero (2009) relata que sua incursão nas pesquisas em comunicação, na década de 1970, ocorreu por intermédio de teorias que tendiam a enfatizar o caráter dominador e manipulatório das mídias massivas.

Durante um certo tempo o trabalho consistiu em indagar como nos manipula esse discurso que, através dos meios massivos, nos faz suportar a impostura, como a ideologia penetra as mensagens, impondo-se a partir daí a lógica da dominação à comunicação. Percorri sociolinguísticas e semióticas, levei a cabo leituras ideológicas de textos e de práticas. (Ibid.: 27)

As pesquisas então realizadas pelo autor filiavam-se à vertente crítica que marcou os primeiros estudos autóctones da comunicação na América Latina. Conforme destacado na seção anterior, essa linha de investigação incorporava contribuições do marxismo europeu e da semiologia com o propósito de denunciar a presença da ideologia dominante na mídia massiva. O enfoque adotado privilegiava o estudo da ação política exercida por intermédio das mensagens que circulavam nos meios de comunicação de massa.

As limitações epistemológicas dessa vertente teórica foram identificadas por Martín-Barbero e se tornaram objeto da crítica que levou à formulação da teoria das mediações. A perspectiva ideologista, como a denominava o autor, reduzia os meios de comunicação a instrumentos cuja finalidade precípua era propagar a ideologia dominante, impondo-a, a partir do exterior, às classes dominadas. Tratava-se de uma abordagem que privava a mídia de densidade cultural e materialidade institucional própria.

Ao se preocupar apenas com os mecanismos de dominação, tal perspectiva também relegava as possibilidades de resistência e conflito. Ela se assentava sobre uma concepção da comunicação como um esquema linear e unidirecional

D

O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações

no qual um emissor todo onipotente produzia mensagens instrumentalizadas ideologicamente, com o propósito de provocar efeitos determinados em um receptor totalmente passivo.

A crítica à perspectiva ideologista foi apenas um dos pilares da reflexão de Martín-Barbero. Outra vertente de pesquisa, hegemônica à época na América Latina, também foi objeto de ponderações: a teoria da informação, que equiparava o processo de comunicação à transmissão de informação, adotando como referência científica modelos matemáticos para os quais os problemas de comunicação poderiam ser reduzidos a questões técnicas.

Tal paradigma foi rechaçado por desconsiderar não só as questões relacionadas ao sentido das mensagens, mas também ao exercício do poder. Tudo que não pudesse ser matematicamente calculado, como as contradições e os conflitos sociais que perpassam o discurso, era descartado pela teoria informacional como resíduo de um processo que deveria ser objetivo e preciso. Além disso, ela padecia de um mal que a tornava cúmplice do modelo ideologista:

uma “economia” segundo a qual as duas instâncias do circuito – emissor e receptor – se supõem situadas no mesmo plano e a mensagem circula entre instâncias homólogas. O que implica não apenas o idealismo, contra o qual Lacan levantou a questão do código como espaço de domínio revestido de “encontro”, mas também a suposição de que o máximo de comunicação funciona sobre o máximo de informação e esta sobre a univocidade do discurso. Com o que se torna impossível tudo o que na comunicação se mantém irreduzível e não-equiparável à transmissão e à mediação de informações, seja porque não cabe no esquema emissor/mensagem/receptor – como um baile ou um culto religioso –, seja porque introduz uma tal assimetria entre os códigos do emissor e do receptor que implode a linearidade em que está baseado todo o modelo. (Ibid.: 283)

As críticas endereçadas tanto à teoria informacional quanto à teoria ideologista conferiram uma posição singular a Martín-Barbero. A negação de ambos os modelos teóricos como base para a compreensão dos processos de comunicação na América Latina abriu caminho para a ruptura com a agenda de pesquisa então em vigor. Para chegar às *mediações*, no entanto, fazia-se necessária outra concepção de cultura, na qual esta não fosse reduzida a um reflexo das relações econômico-sociais, a uma forma de dominação imposta pelas classes dominantes às dominadas. Também era premente abandonar a visão elitista da comunicação de massa como uma forma de manifestação cultural degradada. Empreender essa guinada teórica, mantendo-se nos marcos de uma perspectiva crítica, foi

possível graças ao pensamento dialético de Antonio Gramsci, que promoveu o “desbloqueamento, a partir do marxismo, da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular” (Ibid.: 112).

Comunicação, cultura e hegemonia. O subtítulo do livro *Dos meios às mediações* indica a centralidade nele assumida pelas contribuições de Gramsci. A articulação entre os três termos toca diretamente no cerne das questões tratadas pelo marxista italiano:

a “potencialidade original” das reflexões de Gramsci sobre a comunicação consiste, justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo-a como *cultura*, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, está associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas. (Coutinho, 2008: 43-44)

O conceito de hegemonia permitiu a Martín-Barbero pensar a dominação simbólica não mais como uma imposição a partir do exterior e sim como um processo dinâmico que envolve sedução e cumplicidade. A hegemonia de uma classe sobre as demais não existe *per se*, ela é construída e reconstruída mediante processos subjetivos que requerem algum nível de reconhecimento por parte das classes dominadas. Por conseguinte, as culturas subalterna e hegemônica não são necessariamente externas nem contrapostas, como se imaginava. Elas travam uma batalha cujo resultado é a frequente reelaboração e imbricação de uma na outra.

A compreensão da comunicação como cultura e desta a partir dos processos de hegemonia possibilita, portanto, o distanciamento de uma visão do popular como sinônimo de puro, autêntico, em prol de uma concepção dinâmica da cultura das classes subalternas como *trama*, entrelaçamento entre resistência e dominação, no qual

nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistência, e nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (Ibid.: 114)

A atenção à trama constitutiva do popular possibilitou a apreensão do que o autor considera a “*verdade cultural*” dos países da região: a mestiçagem. O conceito não se refere apenas ao hibridismo étnico-racial originário dos povos latino-americanos, mas também à coexistência contraditória de temporalidades, memórias e imaginários que perpassa a história do continente. Contemporaneamente, as principais expressões dessa mestiçagem são aquelas que surgem da imbricação entre tradição e modernidade, como a impura identidade indígena e, como será tratado mais adiante, as formas de existência do popular no massivo.

O indígena não pode ser apartado do processo de modernização tardia da América Latina. Ele não deve ser tratado nem como o representante de uma cultura *pura* a se preservar, nem como o portador de uma identidade totalmente subjugada à modernidade capitalista. A questão indígena deve ser reconceituada “a partir do espaço político e teórico do *popular*, isto é, como culturas subalternas, dominadas, porém possuidoras de uma existência positiva, capaz de desenvolvimento” (Martín-Barbero, 2009: 264). Pensar a existência do índio a partir dessa perspectiva implica estar atento à impureza das relações entre etnia e classe, à sobrevivência do tradicional na sociedade capitalista.

A questão indígena ilustra o processo mais amplo de constituição dos sujeitos subalternos na singular modernização latino-americana. Estes não são recortados à imagem e semelhança daquele surgido nas nações centrais – o trabalhador urbano industrial. Ainda que a classe permaneça como uma clivagem social importante na concepção do popular adotada por Martín-Barbero – condição que o mantém fiel aos preceitos basilares do pensamento gramsciano –, outras formas de existência coletiva adquirem proeminência.

A nova compreensão do problema da identidade [...] surge inscrita no movimento de profunda transformação do político [...]. Diante das propostas que orientaram o pensamento e a ação das esquerdas até meados dos anos 1970 – organização excludente do proletariado, a política como totalização, a denúncia sobre o engodo parlamentar burguês – começa a se formar nos últimos anos um outro projeto, estreitamente relacionado com a *redescoberta do popular*, ou seja, com o novo sentido que essa noção hoje adquire: revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além de sua formulação e síntese política, reconhecimento de experiências coletivas não enquadradas nas formas partidárias. (Ibid.: 286)

A atenção a esses sujeitos populares é decisiva para o percurso dos meios às mediações. A revalorização dos grupos subalternos possibilita a investigação das práticas culturais dos meios de comunicação de massa em articulação não só com a cultura hegemônica, mas também com as matrizes culturais

dos grupos que se pretende hegemonizar. O receptor, enquanto membro de uma coletividade, é incorporado ao processo de comunicação como um ente ativo de significação e ressignificação.

O que eu comecei a chamar de mediações eram aqueles espaços, aquelas formas de comunicação que estavam entre a pessoa que ouvia o rádio e o que era dito no rádio. Não havia exclusivamente um indivíduo ilhado sobre o qual incidia o impacto do meio, que era a visão norte-americana [...]. Mediação significava que entre estímulo e resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana. (Martín-Barbero, 2000³ apud Silva, 2017: 303)

O conceito de mediações abre caminho para a reinterpretação crítica da comunicação de massa na América Latina, como um híbrido de dominação cultural e resistência popular. Sem negar o caráter mercantil e alienador da indústria cultural, Martín-Barbero identifica outra face do fenômeno: a sobrevivência de matrizes culturais populares. A cultura massiva deixa de ser tratada como um todo homogêneo e passa a ser vista como um espaço de criação de produtos heterogêneos, que respondem à lógica da dominação, mas também às demandas simbólicas do espaço do dominado.

O deslocamento teórico-metodológico dos meios às mediações é empreendido, no livro, a partir da análise da cultura televisiva latino-americana. Isso porque, embora o meio televisivo esteja passando por transformações significativas, a mediação a partir da qual ele opera socialmente não tem acompanhado esse processo. Ademais, na visão de Martín-Barbero, a cultura televisiva é a que melhor expressa o significado contraditório do massivo, ao procurar desativar as diferenças sociais – promovendo, portanto, a integração ideológica – a partir da imbricação com a matriz cultural popular.

Investigar a comunicação de massa televisiva a partir das mediações implica privilegiar os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade do meio, em detrimento das lógicas de produção e recepção. Nessa abordagem, o autor se atém a três mediações: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

Lugar primordial de interpelação dos setores populares, a cotidianidade familiar cumpre função decisiva não só na recepção dos conteúdos, como também na construção do discurso televisivo. Este incorpora dispositivos que buscam reproduzir as relações estreitas e de proximidade próprias do ambiente familiar, dentre os quais se destacam o apresentador-animador, que facilita o trânsito da realidade para a ficção, e o tom coloquial que simula o diálogo familiar.

³ Martín-Barbero, J. Comunicação e mediações culturais. Entrevista por Claudia Barcelos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-163, jan./jun. 2000.

A temporalidade social popular, caracterizada pela repetição e fragmentação – à diferença do tempo produtivo, que transcorre e é medido em unidades contáveis –, encontra expressão na programação televisiva. Ainda que a organização da grade em segmentos temporais repetidos nos mesmos horários seja considerada uma manifestação da standardização do sistema produtivo, ela não deixa de remeter também à serialidade e à repetição de produções culturais populares, como o conto e a narrativa aventuresca.

A competência cultural associa-se, sobretudo, aos gêneros discursivos, entendidos não como propriedades do texto, mas como estratégias de comunicabilidade. Os gêneros consistem em uma mediação fundamental entre a lógica do sistema produtivo e as lógicas dos usos sociais, na medida em que suas regras configuram os formatos que possibilitam o reconhecimento cultural pelos grupos aos quais se dirigem. Na cultura televisiva latino-americana, um gênero em especial adquire proeminência: o melodrama.

O melodrama encena o “drama do reconhecimento”. O enredo sempre gira em torno do desconhecimento de uma identidade – a do filho pelo pai, a da mãe pelo filho etc. – e envolve uma luta contra as injustiças e as aparências, em busca do reconhecimento. Trata-se de um gênero que diz muito sobre a realidade latino-americana:

o melodrama continua a constituir um terreno precioso para o estudo da não-contemporaneidade e das mestiçagens de que estamos feitos. Como nas praças de mercado, no melodrama está tudo misturado, as estruturas sociais com as do sentimento, muito do que somos – machistas, fatalistas, supersticiosos – e do que sonhamos ser, o roubo da identidade, a nostalgia e a raiva. Em forma de tango ou telenovela, de cinema mexicano ou reportagem policial, o melodrama explora nestas terras um profundo filão de nosso imaginário coletivo [...]. De que filão se trata? Daquele em que se faz visível a matriz cultural que alimenta o reconhecimento popular na cultura de massa. (Martín-Barbero, 2009: 305-306)

O melodrama é considerado uma nova forma de existência e luta do popular no massivo. O gênero realiza uma mediação entre o tempo da vida e o tempo da narrativa, reafirmando a forma de sociabilidade primordial das camadas populares, baseada no parentesco, nas solidariedades locais e na amizade. Sua presença na cultura massiva representa tanto uma estratégia para obter o reconhecimento necessário à construção da hegemonia quanto uma forma silenciosa de resistência à abstração imposta à vida pela mercantilização, pela exclusão política e pela despossessão cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após (re)situar a comunicação no campo da cultura, empreendendo o deslocamento dos meios às mediações, Martín-Barbero sentiu necessidade de realizar um novo percurso, desta vez da cultura para a comunicação – e não para os meios –, devido ao novo lugar ocupado pela cultura em decorrência do processo de globalização. O movimento, ocorrido na década de 1990, resultou no mapa das chamadas “mediações comunicativas da cultura” (Martín-Barbero, 2002).

O mapa organiza-se em torno de dois eixos: um diacrônico, vetorizado pelas Matrizes Culturais e pelos Formatos Industriais, e um sincrônico, pelas Lógicas de produção e pelas Competências de Recepção ou Consumo. As relações entre esses eixos são estabelecidas por mediações comunicativas: as Matrizes Culturais e as Lógicas de Produção são mediadas por distintos regimes de institucionalidade; as Matrizes Culturais e as Competências de Recepção, por diferentes formas de socialidade; os Formatos Industriais e as Competências de Recepção, por distintas ritualidades; as Lógicas de Produção e os Formatos Industriais, pelas tecnicidades.

A institucionalidade é tensionada por poderes e interesses contrapostos: de um lado, o Estado e a noção de serviço público; do outro, o mercado e a lógica do livre comércio. A socialidade refere-se à trama de relações cotidianas, abrange os processos de interpelação de sujeitos e formação de identidades culturais. As ritualidades remetem ao nexos simbólico da comunicação, ao que há de forma e ritmo, de repetição e inovação. A tecnicidade abarca não só os instrumentos de comunicação, mas principalmente as competências de linguagem, as práticas e os saberes demandados pelos processos de significação.

A tecnicidade e a socialidade são as mediações que mais contribuem para redefinir o lugar da cultura no mundo globalizado. A revolução tecnológica das últimas décadas não se limita a introduzir novos instrumentos na sociedade, ela acaba por criar uma nova estrutura, um novo ambiente ou ecossistema comunicativo que transforma os modos de habitar o mundo e as formas dos laços sociais. Por seu turno, os processos de globalização econômica e informacional revitalizam as demandas por reconhecimento e sentido, ao ponto de transformar a questão das identidades culturais em uma das principais arenas de conflito social (Martín-Barbero, 2014).

Essas transformações possuem uma face perversa, mas também se abrem a novas possibilidades. Por um lado, reforçam a hegemonia comunicacional do mercado, promovendo um modelo de sociedade que ameaça a sobrevivência das culturas na medida em que as reduz ao espaço-tempo do mercado. Por outro, ajudam a romper a exclusão, potencializando a capacidade de sobrevivência e associação dos grupos subalternos, que passam a se apropriar das novas tecnologias em busca da construção de contra-hegemonias. ■

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- COSTA, R. M. C. D.; MACHADO, R. C.; SIQUEIRA, D. *Teoria da comunicação na América Latina: da herança cultural à construção de uma identidade própria*. Curitiba: Editora UFPR, 2006.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- COUTINHO, E. G. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 41-55.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, v. 3.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v. 1.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Comunicación masiva: discurso y poder*. Quito: Editorial Época, 1978.
- _____. *Oficio de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. Diversidade em convergência. *MATRIZES*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p15-33>
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- SILVA, C. E. L. Indústria Cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 25, p. 167-194, 1980.
- SILVA, M. P. Jesús Martín-Barbero (1937-). In: AGUIAR, L.; BARSOTTI, A. (Orgs.). *Clássicos da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 294-310.

Artigo recebido em 30 de agosto de 2017 e aprovado em 9 de novembro de 2017.